



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



O Papel dos Estudantes na Construção da Extensão Universitária na América Latina

Sessão Temática 9: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Hernán Espinoza Riera
Universidad Central del Ecuador
Universidade de São Paulo

Resumo. A extensão universitária é o meio pelo qual a universidade interage com a sociedade. Na América Latina, sua construção histórica apresenta características próprias que se mistura com a formação de: movimentos estudantis, universidades e do próprio Estado. Neste trabalho indagamos, especificamente, sobre o papel dos estudantes na construção histórica da extensão universitária latino-americana durante o século XX. A análise da formação dos movimentos estudantis e a construção da extensão universitária nos permite ter uma visão crítica na formação acadêmica dos nossos estudantes e apresenta novos desafios teórico-prático para nossa atuação nos territórios.

Palavras-chave. extensão universitária; América Latina; educação superior; terceira função universitária.

Tradução do título em inglês

Abstract. University Extension is how the university relates to society. In Latin America, its historical construction is mixed with the formation of student movements, universities, and the State. In this work, we specifically inquire about the role of students in the historical construction of Latin American university extension during the 20th century. The analysis of the formation of student movements and the construction of the university extension gives us a critical vision of the academic formation of students and presents new theoretical and practical challenges for our performance in the territories.

Keywords: university extension; Latin American; higher education; Third Mission

Tradução do título em espanhol

Resumen. La extensión universitaria es el medio por el cual la universidad se relaciona con la sociedad. En América Latina, su construcción histórica se mezcla con la formación de movimientos estudiantiles, universidades y del propio Estado. En este trabajo investigamos, específicamente, sobre el papel de los estudiantes en la construcción histórica de la extensión universitaria latinoamericana durante el siglo XX. El análisis de la formación de movimientos estudiantiles y la construcción de la extensión universitaria nos permite tener una mirada crítica sobre la formación académica de nuestros estudiantes y presenta nuevos desafíos teóricos y prácticos para nuestro desempeño en los territorios.

Palabras clave: extensión universitaria; América Latina; educación superior; tercera función universitaria

1. Introdução

O entendimento histórico da *terceira função universitária* é necessário para alcançar novos desafios na conceituação do termo. Indagar sobre a história da extensão universitária na América Latina não é uma tarefa simples, já que é o campo pelo qual a universidade se relaciona diretamente com a sociedade, o que implica, participar das mudanças políticas, sociais e culturais dos diferentes países.

Analisando o desenvolvimento da educação superior na América Latina durante o século XX, nota-se um destaque em países como México, Brasil, Chile e Argentina nas lutas pela reforma universitária. Outros países do eixo andino, centro américa e o caribe, também se destacam pela implantação das universidades populares. Para Tünnermann (1978) a extensão universitária teve início a partir da Reforma Universitária de Córdoba na Argentina em 1918, no entanto, os antecedentes que propiciaram esse acontecimento histórico são tão importantes quantos as repercussões do mesmo. Para analisar a construção histórica da extensão universitária deve ser considerado a participação dos seus principais atores: a universidade, o movimento estudantil e o Estado (SOUSA, 2010)

O conceito de extensão universitária foi introduzido na América Latina a partir das experiências europeias e norte-americanas. As lutas pela reforma universitária foram importantes para promover a sua incorporação dentro das principais universidades públicas. A Reforma de Córdoba, promovida principalmente por estudantes universitários, foi o símbolo da luta, porém cada país teve processos próprio de reformas educativas e sociais importantes para a história do continente.

Uma vez incorporada à universidade, a extensão universitária é apropriada principalmente pelo movimento estudantil. Os estudantes promoveram a interação entre universidade e sociedade através da difusão da arte e da cultura. Até a metade do século XX a extensão universitária vai ser conhecida como *extensão cultural universitária*. Este modelo de difusão foi predominante até 1960, quando, sob influência da Revolução Cubana e das críticas ao modelo cultural, alunos e professores adquiriram maior consciência social através das campanhas de educação popular. Assim, a extensão universitária, se vincula aos movimentos sociais e políticos de esquerda, entrando em uma nova etapa de conceituação. Este pode ser considerado um momento de construção regional da extensão universitária, levado principalmente por estudantes organizados.

Essa construção conceitual da extensão universitária é interrompida abruptamente pelas ditaduras militares que sofrem vários países da América Latina, propiciando uma ruptura na participação discente das ações extensionistas. Estudantes e professores são perseguidos sob a doutrina anticomunista e em alguns casos, como no Brasil, a extensão universitária é cooptada pelo governo federal, por um lado, para desarticular o movimento estudantil, e por outro, para cumprir ações a favor de um projeto nacional.

A partir dos anos de 1980, os países latino-americanos passaram por processos de redemocratização após longos períodos de ditaduras militares. Nesse momento, a extensão universitária foi incorporada às instituições de ensino superior, com o objetivo de normatizá-la. As universidades estabelecem normas e lineamentos que burocratizam a extensão universitária, isso propicia um afastamento dos estudantes universitários tanto das decisões políticas da extensão como das ações no território.

Finalmente, no último decênio do século XX, a extensão universitária adquiriu tons neoliberais, próprios do momento político vivenciado no continente. Se incentivam as parcerias com empresas privadas por meio de prestações de serviços e consultorias. Os estudantes passam a

assumir o caráter de empreendedores Junior e o aspeto social fica marginalizado. Dentro das faculdades e existe uma completa despolitização do movimento estudantil.

O seguinte trabalho visa entender desde um enfoque materialista a atuação do movimento estudantil na construção histórica da extensão universitária na América Latina. Ainda, se realizou um esforço em vincular a bibliografia hispano-americana à bibliografia brasileira, com o objetivo de estabelecer uma narrativa que fortaleça a integração latino-americana.

2. O modelo importado

As universidades europeias começaram *abrir suas portas* à sociedade civil no final do século XIX. As instituições inglesas foram as primeiras a oferecerem cursos de capacitação. As universidades de Cambridge (1873) e Oxford (1885) criaram os primeiros programas formais de extensão universitária¹, oferecendo cursos de literatura, ciências físicas e economia política (DE PAULA, 2013; AMERICAN SOCIETY FOR THE EXTENSION OF UNIVERSITY TEACHING, 1891). Nesse momento, as ações de extensão universitária limitavam-se a cursos de educação continuada. A universidade era vista como detentora de um conhecimento específico que deveria ser socializado com as massas populares. Seguindo este modelo, em 1889, a Universidade de Oviedo na Espanha impulsionou programas de extensão universitária por meio da educação popular, dirigidos principalmente aos trabalhadores urbanos. A universidade ministrava cursos de história, literatura, matemática e ciências.

Ao final do século XIX, as ideias sobre a extensão universitária chegaram nos Estados Unidos. Em 1890 a Universidade de Pensilvânia fundou a *American Society for the Extension of University Teaching* (Sociedade Americana para o Ensino da Extensão Universitária), que atuou principalmente na periferia de Filadélfia e chegou a ter 23 centros com 40 cursos de formação (AMERICAN SOCIETY FOR THE EXTENSION OF UNIVERSITY TEACHING, 1891). A modalidade de cursos diversificou-se e em 1903, a universidade de Wisconsin determinou que os professores estariam aptos para servir ao governo norte-americano sob a figura de *technical experts* (expertos técnicos). A missão era desenvolver soluções técnicas para os principais problemas enfrentados pela crescente indústria norte-americana. O programa foi bem-sucedido e ganhou visibilidade nacional, resultando na afirmação do então presidente Theodore Roosevelt de que “(...) a extensão universitária estava consagrada como atividade universitária.” (MIRRA, 2009, p.78 *apud* DE PAULA, 2013, p.7).

Essas experiências de extensão universitária começaram a ser replicadas em outros países. As universidades abriram as portas para trabalhadores de sindicatos por meio de cursos gratuitos em diferentes áreas do conhecimento. A extensão universitária, ainda não institucionalizada, era pensada como um meio para *tirar o povo da ignorância*. Nessas experiências, a relação entre universidade e sociedade era hierárquica e paternalista e, em geral, o ensino era unidirecional, a universidade era o difusor y a população a receptora. Esse modelo foi importado para América Latina e começou a ser adaptado para nossa realidade. Influenciados por pensadores locais do começo do século XX como José Carlos Mariátegui² (1894-1930) e José Vasconcelos³

¹ Em Europa a extensão universitária é conhecida frequentemente com o nome de *Third Mission* (a terceira missão da universidade), enquanto que nos Estados Unidos é conhecida como *University Extension*.

² José Carlos Mariátegui foi um jornalista e pensador peruano que trouxe ideias inovadoras para o entendimento do marxismo na América Latina. Fundou o partido comunista peruano e a Universidade Popular do Peru. Influenciou os debates sobre a educação superior peruana que podem ser encontrados na sua principal obra “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana” de 1928.

³ José Vasconcelos foi um educador e político mexicano que atuou no movimento estudantil Ateneo de la Juventud, contra a visão positivista do ensino superior do ditador Porfirio Díaz no

(1882-1959), os estudantes universitários lideraram as lutas pelas reformas universitárias e a extensão universitária transformou-se em uma reivindicação social dentro das principais universidades latino-americanas.

3. Inícios da extensão universitária na América Latina

As mais destacadas universidades públicas da América Latina começaram a se formar no final do século XIX⁴. A criação dessas instituições foi uma maneira de legitimar os Estados republicanos em construção que mantinham uma herança colonial em sua estrutura educacional. Aos poucos, as universidades começaram a ganhar autonomia do Estado, assim como da igreja católica, instituição que manteve por muito tempo uma hegemonia na educação superior, principalmente nos países de colonização espanhola.

No campo humanista, as políticas de educação estavam direcionadas a transformar as universidades em “fábricas de pessoas de letras e leis” (MARIÁTEGUI, 2009, p.100, tradução nossa), o que reforçava a formação de uma elite unicamente ao serviço do Estado. A universidade apresentava-se nitidamente como uma instituição hierárquica sem o mínimo interesse em incentivar “(...) uma orientação prática dirigida a estimular o trabalho e incentivar os jovens no comércio ou na indústria.” (MARIÁTEGUI, 2009, p.100, tradução nossa). Até o fim do século XIX, as universidades tinham se convertido em espaços controlados pelas elites, que influenciavam a escolha de reitores e professores. No entanto, este cenário começou a mudar a começar do século XX devido à pressão exercida por uma nova ordem burguesa, de origem liberal, que crescia economicamente graças a um processo de acumulação econômica. Este novo grupo social deslocava lentamente às desgastadas classes conservadoras latifundiárias. A educação começou a ser vista como um meio de ascensão social para a crescente classe média que passou a reivindicar o acesso às universidades.

A juventude universitária assumiu o protagonismo na luta pela educação na América Latina a partir de uma posição contrária ao pensamento positivista das instituições de ensino superior. Em 1908, O I *Congreso Internacional de Estudiantes Americanos* realizado em Montevideo – Uruguai, foi o evento que inaugurou uma série de lutas pela reforma universitária. O texto final do congresso destacava a necessidade de se estabelecer programas de extensão dentro das universidades, dirigidos aos trabalhadores das fábricas (SUPER, 1993). No ano seguinte, um grupo de jovens universitários mexicanos realizaram manifestações contra a passividade intelectual e a elitização das universidades. Este movimento ficaria conhecido como o *Ateneo de la Juventud Latinoamericana* e teve significativa influência nas discussões da nova constituinte durante a Revolução Mexicana de 1910.

Os fatos ocorridos no México e no Uruguai repercutiram em todo o continente. Em 1911, estudantes peruanos iniciaram atividades de extensão dentro das universidades, impactando inclusive à *Universidad de San Marcos de Lima*, uma das instituições mais conservadoras do país, que reconheceria posteriormente a necessidade de expandir suas funções tradicionais (SERNA, 2004). Pode-se perceber o ímpeto dos estudantes peruanos pelo discurso do então estudante Carlos Enríquez Paz Soldán que se transformou em um importante intelectual do país:

(...) a Extensão Universitária aparece hoje na cultura mundial como um dever, como um instrumento privilegiado para democratizar o antigo, rígido e aristocrático claustro universitário. A universidade moderna tem que viver em contato com as grandes massas populares. (SOLDÁN, 1919, p.110, tradução nossa).

México. Foi um personagem influente na etapa pós revolução mexicana e, em 1920, foi nomeado reitor da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

⁴ A Universidad de Buenos Aires foi fundada em 1821, a Universidad de Chile (1842), a Universidad Nacional de Colombia (1867), a Universidad Autónoma de México (1910) e a Universidade de São Paulo em 1934.

No Brasil, atividades ligadas à extensão universitária aconteceram de maneira isoladas, produto da iniciativa de alguns estudantes e professores. A Universidade Livre de São Paulo divulgou, em 1912, cursos populares gratuitos para a comunidade civil (MOTT, 2007). Em Minas Gerais, as universidades de Viçosa e Lavras (1926), seguindo experiências estrangeiras, direcionaram as atividades de extensão universitária para a área rural (NOGUEIRA, 2005).

A maioria das experiências de extensão universitária dessa época se deram de maneira informal e com pouco apoio institucional. Somente com a criação das universidades populares, a extensão universitária ganhou visibilidade institucional. As universidades populares eram instituições que ofertavam cursos para pessoas que não tinham oportunidade de frequentar a universidade formal. Algumas delas foram criadas como *apêndices* das universidades públicas e podem ser consideradas como os primeiros programas de extensão universitária da América Latina⁵. Essas universidades foram fundadas com o objetivo de fomentar e desenvolver a cultura do povo, oferecendo cursos práticos e aplicáveis à realidade nacional. A maioria de universidades populares foram encerradas após uma ou duas décadas de funcionamento e serviu para a consolidação das principais universidades públicas de cada país.

O grande acontecimento do século XX na educação superior latino-americana foi a Reforma Universitária de Córdoba na Argentina em 1918. Iniciada pelo movimento estudantil, reivindicava um modelo próprio de educação, com uma efetiva articulação com os movimentos operários (DE PAULA, 2013). A luta foi pela autonomia universitária num amplo espectro, incluindo a atuação dos estudantes na reorganização acadêmica por meio do co-governo; a liberdade de cátedra para professores e a democratização do ingresso estudantil.

A Reforma de Córdoba além de influenciar a educação superior, promoveu uma mudança política no ensino latino-americano, especialmente no campo da extensão universitária, vista neste momento como um campo de "fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e por uma maior preocupação com os problemas nacionais." (GURGEL, 1986, p.36).

As ações dos estudantes propiciaram um ambiente fértil à institucionalização da extensão universitária. Em 1922, um ano depois do *Congreso Internacional de Estudiantes do México*, a UNAM colocou a extensão universitária como a terceira função dentro do regulamento interno da universidade, com o objetivo de "(...) descobrir, conhecer, valorizar e preservar as manifestações nacionais e inter-relacioná-las com a cultura universal e universitária." (CASTRO Y TOMMASINO, 2017 p.139, tradução nossa). Dois anos depois, a UNAM criou o primeiro departamento de extensão universitária e definiu que sua atuação se daria em quatro campos de ação: nas aulas tradicionais; na capacitação para trabalhadores; no serviço social, com foco na área legal e médica; e na construção de projetos de diferentes temáticas que iam desde higiene até eventos artísticos e musicais em praças e parques (SUPER, 1993). Este processo de institucionalização levou à inserção da extensão na primeira lei orgânica da UNAM que definiu:

(...) que a universidade deverá levar a educação que é oferecida nas salas de aula, por meio da extensão universitária, àqueles que não têm condições de frequentar o ensino superior, colocando assim a universidade a serviço do povo (LICEA DE ARENAS, 1982, p.122, tradução nossa).

O início das ações extensionistas no Ecuador remetem aos anos 1920 e se dão na *Universidad Central del Ecuador* (UCE), primeira universidade do país. As primeiras ações da universidade assumiram a forma de: conferências e cursos a escolas, associações e grêmios obreiros de Quito; difusão de publicações, aproximações a grupos sociais organizados e colaboração com outras instituições do Estado (SILVA, 1958).

⁵ As primeiras universidades populares foram: a Universidad Popular de México (1912); Universidad Popular de Puerto Rico (1917); Universidad Popular Victorino Lastarria (1918), no Chile; Universidad Popular González Prada (1921), no Peru; Universidad Popular José Martí (1923), em Cuba e a Universidad Popular del Ecuador (1938) (MELGAR, 2011)

Em 1923, a *Universidad Católica de Chile* definiu no seu estatuto, a extensão universitária como o meio pelo qual a universidade deveria irradiar sua obra científica e cultural para o bem público do país e para o bem geral da humanidade. No ano seguinte, a mesma instituição definiu no seu Estatuto Orgânico de Ensino Universitário que a universidade poderia ofertá-la por meio de cursos livres, cursos de pós-graduação, conferências dentro e fora da universidade, seminários de trabalho e pesquisa científica e publicações (DONOSO, 2001).

No caso brasileiro, em 1931, por meio do decreto nº 19.851, se estabeleceu o Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras. O termo extensão universitário, apareceu pela primeira vez na legislação deste país e se definiu que “a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizadas pelos diversos institutos da universidade” (SOUSA, 2010 p.57).

Ações isoladas e o trabalho das associações estudantis fortaleceram a terceira função universitária na região. Os estudantes apostaram no campo artístico e cultural para estreitar a relação universidade-sociedade. Este modelo caracterizaria a extensão universitária durante os anos seguintes.

4. O momento da construção estudantil

Desde seus inícios até os anos 1960, de maneira geral, a extensão universitária esteve ligada exclusivamente à questão cultural. Esse direcionamento se deu por dois motivos: pelo fortalecimento e avanço das ações extensionistas do movimentos estudantis junto às comunidades a través de aulas e oficinas; e pela transformação social na América Latina devido, principalmente, à Revolução Cubana de 1959, que “trouxo importantes referências para o conjunto da luta social do continente, impactando fortemente a luta cultural em suas variadas dimensões.” (DE PAULA, 2013, p.12).

Sob a visão da difusão cultural, em 1937, estudantes mexicanos criaram a Rádio UNAM. Visto como um projeto educativo, a rádio tinha como objetivo difundir “uma obra cultural e pedagógica de excepcional interesse.” (UNAM, [S.d.], tradução nossa). No ano seguinte, no Brasil, a União Nacional de Estudantes (UNE) lançou um plano de sugestões para reformar a educação brasileira e colocou a extensão universitária como uma função acadêmica dedicada à difusão da cultura. A força dos estudantes era tão marcante no âmbito cultural que em 1947 lançaram a campanha *O Petróleo é Nosso* que culminou com a criação da atual empresa pública Petrobras (SOUSA, 2010).

No Chile, como em outros países latino-americanos, a extensão cultural se manifestou através da criação de museus e grupos artísticos. Assim, durante a década de 1940 foram inauguradas: a Orquestra Sinfônica de Chile, o *Museo de Arte Popular Americano*, o *Coro Universitario* e o *Ballet Nacional*, e o *Museo de Arte Contemporáneo*. Todas essas ações se materializaram devido a esforços de estudantes e docentes na construção de uma cultura artística a serviço da população.

Vários eventos e congressos foram realizados com o objetivo de conceituar a extensão universitária no âmbito da arte e da cultura. Em 1949 na Guatemala, se realizou o *Primer Congreso de Universidades Latinoamericanas*, com a participação de importantes universidades da região. Nesse evento, foi definido que a extensão deveria “contemplar os campos do conhecimento científicos, literários e artísticos, utilizando todos os recursos que a técnica contemporânea permitir para colocá-la ao serviço da cultura.” (LEÓN, 2015, n.p., tradução nossa). No ano seguinte, a Universidade da Havana, em Cuba, inaugurou a primeira comissão de extensão universitária do país como “um órgão de integração entre a universidade e o povo (...) que estabeleceria os meios adequados para que a cultura universitária alcance as massas populares de forma eficaz.” (CASTRO Y TOMMASINO, 2017, p.19, tradução nossa). Finalmente, em 1957 foi realizado no Chile a *1ª Conferencia Latinoamericana de Extensión Universitaria y*

Difusión Cultural. O próprio nome do evento demonstrava que as discussões estavam claramente ligadas ao campo da difusão da cultura universitária. O evento foi organizado pela *Unión de Universidades de América Latina* (UDUAL) que definiu:

(...) a extensão universitária tem a missão de projetar, da forma mais ampla possível e em todas as esferas da nação, os conhecimentos, estudos e pesquisas da universidade, permitindo que todos participem da cultura universitária, contribuam para o desenvolvimento social e a elevação do nível espiritual, moral, intelectual e técnico das pessoas (TÜNNERMANN, 2003, p.272, tradução nossa)

É nesse período, enquanto se procurava a conceituação da extensão universitária dedicada à cultura, que explode a Revolução Cubana (1959). Este fato histórico influenciou culturalmente todo os povos da América Latina. As primeiras repercussões da revolução no campo da educação se sentiram rapidamente. No Brasil, a partir de 1961, começaram uma série de Seminários Nacionais pela Reforma Universitária promovidos pela UNE. O resultado do primeiro seminário, conhecido como a *Declaração de Bahia*, colocava a extensão universitária como ponto central na discussão pela reforma universitária, estabelecendo três pontos principais:

(i) a luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os níveis; (ii) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas Faculdades de Direito), de mestres de obras (nas Faculdades de Engenharia), por exemplo; e (iii) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses dos operários. (POERNER, 2004, p.176)

Posteriormente o segundo (1962) e terceiro (1963) seminário colocariam a experiência da extensão universitária em outro patamar de discussão dentro da universidade. Entre os programas criados nos seminários, dois deles se destacam pelo seu direcionamento à cultura. O primeiro, foi o Movimento Cultural Popular (MCP), criado por estudantes, artistas e intelectuais do estado brasileiro de Pernambuco. O movimento trabalhou junto às prefeituras na luta contra o analfabetismo e pela “elevação do nível cultural do povo” (SOUSA, 2010, p.42). A intenção do movimento era demonstrar que a cultura popular, tida como produto nacional, poderia se sobrepor aos valores importados, muito presentes na época. Realizavam suas intervenções por meio de arte popular tais como dança, música, teatro, artesanato, etc. O segundo programa foi o Centro Popular de Cultura (CPC), criado por estudantes no Rio de Janeiro, era uma organização adjunta a UNE que também objetivava levar arte e cultura à população. Suas atividades estavam mais focadas na intervenção no espaço urbano. O programa era comandado por filiados da UNE, artistas e intelectuais, principalmente ligados ao teatro. As peças eram encenadas trazendo uma forte crítica aos acontecimentos sociais e políticos da época e as apresentações se davam fora da universidade, nas entradas das fábricas, espaços públicos, favelas e estações de transporte público (SOUSA, 2010). Mesmo sendo programas de extensão universitária, não completamente institucionalizados dentro de universidades, essas atividades tiveram repercussão no âmbito do ensino superior, servindo de base teórica para os trabalhos posteriores do educador brasileiro Paulo Freire⁶.

Para começo dos anos 1970 intelectuais latino-americanos, influenciados pelo momento político, começaram a questionar o modelo vigente, tido como paternalista e assistencialista. Em 1972, o educador e filósofo peruano Augusto Salazar Bondy chamou a atenção para o paternalismo da extensão universitária. Explicou que essa visão partia do entendimento de que o povo era inculto e que precisava-se levar uma “cultura previamente fabricada” por universitários, para tirar o povo da ignorância (TÜNNERMANN, 2003, p.272, tradução nossa). Assim mesmo, o diretor de teatro chileno Domingo Piga alertou sobre a imposição cultural que a universidade estava fazendo nas comunidades, sem a existência de uma relação de troca. Reforçando a sua “posição paternalista de quem tem o poder cultural e desce para dar à comunidade, órfã secularmente de ciência e

⁶ Para conhecer as relações de Paulo Freire com os movimentos de cultura, ver: COSTA, Bruno Botelho. Paulo Freire entre os Movimentos de Cultura Popular. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

arte” (TÜNNERMANN, 2003, p.273, tradução nossa). Por sua vez, o antropólogo e escritor brasileiro Darcy Ribeiro catalogou a extensão cultural como um tanto demagógica, já que, disseminava “caritativamente uma névoa cultural a pessoas que não conseguiram frequentar cursos de nível superior, (...) as vezes extramuros ou às vezes na mesma universidade” (TÜNNERMANN, 2003, p.273, tradução nossa). A partir dos anos 1970, a extensão de difusão cultural vai perdendo força para dar lugar a uma nova conceituação.

5. O momento da ruptura estudantil

O continente latino-americano estava fortemente influenciado pelas ideias socialistas que repercutiam da revolução cubana. Essas ideias infiltraram dentro das principais universidades públicas e se materializaram entre jovens estudantes que buscavam transformações sociais. Sob essa influência, a extensão universitária mudou conceitualmente, passando de um modelo de divulgação cultural para um modelo de conscientização política (SERNA, 2004). No entanto, rapidamente os regimes ditatoriais se implantaram em vários países da América Latina, mudando o rumo político do continente. Com apoio dos Estados Unidos, no contexto da *Operação Condor*⁷, os militares tomaram o poder em vários países da região sob o discurso anticomunista. Em 1964, iniciou-se a ditadura militar no Brasil, o mesmo aconteceu na Argentina (1966), Bolívia (1971), Chile (1973) e Uruguai (1976). As políticas ditatoriais fizeram com que estudantes, frente à forte repressão, passassem a militar em partidos de esquerda, muitos deles clandestinamente.

No caso brasileiro, nos primeiros anos da repressão, o ditador Castelo Branco aboliu a União Nacional dos Estudantes (UNE), que misteriosamente teve o edifício sede queimado junto com documentos do Centro Popular de Cultura (CPC). Simultaneamente, o Estado criou os Diretórios Nacionais dos Estudantes (DCEs), em substituição à UNE. O objetivo era claro, fragmentar o movimento universitário. Em 1967, o Ministério de Defesa brasileiro criou o Projeto Rondón⁸, sob a insígnia de “levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira” (MINISTÉRIO DA DEFESA, [S.d.]). Esse programa de governo subordinou a extensão universitária ao controle do Estado. Sousa (2010) afirma que

(...) o projeto Rondón caracteriza de forma ideal como estava sendo concebida a extensão universitária naquele momento político, (...) ainda que não era um programa de extensão, influenciou as universidades para fins nacionalistas dos militares. (p.69)

Se por um lado, o projeto ajudou na descentralização do ensino superior, por outro lado, tinha o objetivo de fragmentar e despolitizar o movimento estudantil, levando os discentes para atividades integracionistas sob a doutrina da segurança nacional (SOUSA, 2010). No mesmo ano, o decreto 252/67, em seu artigo 10, dispunha que a universidade deveria estender-se à comunidade por meio de cursos e serviços, além de cumprir com as atividades de pesquisa e ensino que já vinham desenvolvendo (SOUSA, 2010). Esse caráter de mediação e articulação dada à extensão universitária por parte do Estado, é visível até os dias atuais.

Outros países que estavam sob regimes autoritários também tiveram interrompidas suas atividades de extensão universitária. Na Argentina, durante a época da ditadura militar o campo da extensão universitária foi completamente invisibilizado, “com uma clara ausência da participação estudantil, que tem sido sempre característica dessa função” (GEZMET, 2014)

⁷ Ver: DINGES, Jhon. Os Anos do Condor: uma década de terrorismo intencional no Cone Sul. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁸ O projeto, criado em junho 1968, tinha como objetivo realizar atividades no interior do país. O governo assignou programas de extensão a cada uma das principais universidades federais e encarregou o fortalecimento de outras universidades e centros que estavam implantados no interior do país (MINISTÉRIO DA DEFESA, [S.d.]).

No Equador, depois de uma forte repressão da ditadura militar (1963-1966), o novo reitor da UCE, Manuel Agustín Aguirre, liderou a chamada “II Reforma Universitária”, que tinha com objetivo retomar os postulados da Reforma de Córdoba. Foi adotado o princípio de uma universidade de “portas abertas” e de reivindicação da extensão universitária como eixo central do ensino superior. No entanto, um ano depois de esta ação, o então presidente José María Velasco Ibarra se declarou ditador, fechou a *Universidad Central del Ecuador*, destituiu o reitor Aguirre e reprimiu os estudantes universitários. O resultado dessas perseguições foi a morte de líder estudantil Milton Reyes, atual símbolo de luta da federação do estudantes.

As atividades de extensão universitária na maioria dos países da região ficaram paralisadas, somente em países que ficaram à margem das ditaduras, um modelo de conscientização começou a se desenvolver. No México, por exemplo, em uma palestra dirigida aos estudantes da UNAM pelo professor Wenceslao Roces, pode-se perceber o teor do discurso da época:

Não devemos cair na infantilidade de pensar que somos os guardiões exclusivos, nem mesmo os mais elevados, do espírito de nosso povo. O povo é maior de idade. Foi-se o tempo inocente das extensões universitárias em que se falava em levar cultura e técnica para o povo, de uma maneira fortuita. (ROCES, 1975, p.110, tradução nossa)

Dois eventos específicos marcaram os esforços por conceituar o novo modelo da extensão: a // *Conferencia Latinoamericana de Difusión Cultural y Extensión Universitaria* realizada no México em 1972, e o lançamento do livro *Extensão o Comunicação* do educador brasileiro Paulo Freire, no Chile, em 1973.

No fechamento da conferência deram-se importantes aportes à ressignificação do conceito da extensão universitária:

A Extensão Universitária é a interação entre a universidade e os demais componentes do corpo social, por meio da qual ela assume e cumpre seu compromisso de participar do processo social de criação da cultura e da libertação e transformação radical da comunidade nacional. (TÜNNERMANN, 2003, p.279, tradução nossa)

No mesmo congresso, como crítica ao modelo anterior de difusão cultural, foi dito que a extensão universitária deveria:

(...) ser solidária com os processos que visam abolir a dominação e a exploração do povo, se desfazendo do paternalismo e do assistencialismo; evitar a transmissão de padrões culturais dos grupos dominantes e ser planejada, dinâmica e interdisciplinar, permanente, obrigatória e promover a integração latino-americana (TÜNNERMANN, 2003, p.77, tradução nossa)

Da mesma forma, no livro *Extensão ou Comunicação*, Freire expõe que a extensão deveria ser um processo dialógico e não somente um aprendizado unilateral:

Por tudo isso, uma vez mais, estamos obrigados a negar o termo “extensão” e seu derivado “extensionismo” às conotações do quefazer verdadeiramente educativo, que se encontram no conceito de comunicação. (FREIRE, 1978, p. 84)

Mesmo com o afastamento dos estudantes universitário das ações extensionistas durante o período das ditaduras, o aporte crítico ao modelo de conscientização apresentou uma “teleologia muito mais abundante e sólida que o simples enunciado de boas intenções, característico da extensão da terceira e quarta década do século XX.” (SERNA, 2004, p.89, tradução nossa). Este conceito foi o ponto de partida para a construção de políticas universitárias que finalmente institucionalizaram a extensão universitária dentro das universidades públicas latino-americanas.

6. O momento do afastamento estudantil

Durante a década de 1980, alguns países da América Latina passaram por processos de redemocratização, após longos períodos de ditaduras militares. Em 1983, a Argentina após a queda da terceira junta militar, convocou a eleições gerais. A seguir, em 1985, após uma forte movimentação civil, o Brasil e o Uruguai recuperaram suas democracias. As repercussões

políticas e sociais do período incidiram na autonomia das instituições de ensino superior. Aos poucos, as universidades retomaram o controle das atividades educativas e ganharam autonomia administrativa. Nesse período, se empreendeu uma normatização das três funções essenciais da universidade: ensino, pesquisa e extensão universitária. A elaboração de planos e regulamentos criou um ambiente burocrático, que abriu margem para que docentes priorizarem a gestão administrativa universitária em detrimento das outras funções universitárias.

Este novo direcionamento institucional desvirtuou e paralisou o desenvolvimento teórico que a extensão universitária vinha reivindicando até então. Essa nova visão, teve maior adesão em alguns países. No Chile, por exemplo, o filósofo e educador Jorge Millas, figura importante da universidade pública chilena, defendia que a extensão nesse momento deveria ser secundária já que a universidade tinha que se preocupar pelo fortalecimento da ciência e da tecnologia, que seriam o futuro da academia,

Por isso, dizer que, a rigor, a extensão é uma função complementar e não essencial, não significa querer acabar com a extensão universitária, mas sim colocar ordem nos conceitos e com isto, ordem nas coisas. (MILLAS, 1981, p.111, tradução nossa).

Seguindo o modelo institucional, em 1986, no México foi elaborado o *Programa Nacional de Extensión de la Cultura y los Servicios* (PNECS), vigente até os dias atuais. O documento definiu a extensão universitária como uma função da universidade que deveria promover a transformação da sociedade por meio da “pesquisa, ensino, difusão, divulgação, promoção e serviços do conhecimento científico, tecnológico, artístico e humanístico.” (CASTRO Y TOMMASINO, 2017, p.141, tradução nossa).

No Brasil, em 1987, se conformou o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária (FORPROEX), que assumiu desde então um importante papel na teorização e conceituação da extensão universitária, ultrapassando, em alguns momentos, a visão tecnocrática institucional. Presente até hoje, o FORPROEX reivindica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a articulação de práticas acadêmicas interdisciplinares e a função social da universidade (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017). Mesmo sendo um exemplo virtuoso de política universitária para o resto dos países latino-americanos, a extensão universitária no Brasil segue sendo marginal. Os maiores investimentos nas universidades públicas ainda se dão no campo da ciência e tecnologia.

De modo geral, durante esse período, a extensão universitária passou a ser parte da organização burocrática das instituições de ensino superior. A conceituação da extensão latino-americana teve um retrocesso. Se retomou a visão de levar a cultura universitária ao povo, porém ganhou um novo sentido, cuidar de museus, realizar exposições, feiras e eventos, começaram a ser contabilizados como ações de extensão universitária, buscando uma eficiência quantitativa de um maior número de pessoas contempladas pelas ações extensionistas.

Os estudantes passaram a ser um componente burocrático a mais dentro da lógica da extensão. Longe de ser os estudantes críticos que realizavam congressos para levantar propostas concretas na conceituação da extensão universitária, passam a ocupar um papel passivo. Acelerou-se a despolitização do movimento estudantil, os discentes perdem força na toma das decisões das políticas universitárias de extensão e aos poucos a terceira função universitária se transforma unicamente em um pré-requisito para a graduação. Como uma questão burocrática a ser cumprida.

Esse modelo institucional abriu espaço para que a extensão universitária passasse a ser um campo de mediação entre o público e o privado e fosse um facilitador para prestação de serviços, consultorias e investimentos. Essa visão da “universidade-empresa” vai caracterizar o modelo utilizado durante a década de 1990.

Nesse período, presenciamos na América Latina um drástico giro em direção ao neoliberalismo. Essa forma de discurso hegemônico, tem delineado as práticas e o pensamento da sociedade no

mundo, incorporando-o de forma natural no nosso cotidiano e na maneira como “interpretamos, vivemos e entendemos o mundo.” (HARVEY, 2007, p.23). A desregulação, privatização e redução dos Estados, são os princípios básicos desse modelo econômico. O neoliberalismo deve ser reconhecido como uma ideologia que transformou o próprio capitalismo, uma vez que “estendeu a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

Nesse contexto, a extensão universitária se mostrou como uma *porta de entrada* para o neoliberalismo dentro das universidades. Essa fragilidade foi propiciada pela construção da ideia de que a extensão universitária é “tudo o que não é ensino e pesquisa” (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017, p.18). Assim, esse campo passou a ser visto como uma boa oportunidade para desenvolver projetos de prestação de serviço para instituições privadas. Essa fórmula se mostrou eficiente para suprir o financiamento reduzido do Estado em laboratórios e serviços. Se por um lado, dependia-se menos do recurso estatal, por outro, o livre pensamento de docentes e estudantes se viu comprometido frente à implantação de projetos modernizadores abertos a lógicas privadas.

As empresas passam a definir, tanto os temas de pesquisa como o direcionamento das bolsas e inclusive controlar os meios de difusão científica. Observamos, então, o surgimento da *universidade-empresa*, que além de produzir para o mercado, também produz em si mesma um mercado próprio de consumo, por meio de cursos e mestrados profissionalizantes a custos elevados.

A extensão universitária permitiu que a universidade estabeleça uma série de atividades com as empresas. A interação é muito ampla e pode se dar por meio de:

cursos, consultorias, convênios de colaboração, financiamento de pesquisas e desenvolvimento tecnológico; intercâmbio de pessoal e orientação profissional; geração de cursos de pós-graduação adaptados às necessidades do mercado; programas de educação continuada e fortalecimento acadêmico; incentivo à pesquisa, parceria em novas empresas, incubadoras de empresas, financiamento empresarial baseado em prêmios, bolsas e cátedras (MACHADO; KESSMAN, 1991, p.135,150, tradução nossa).

No México, posterior ao regime de Miguel de la Madrid (1982-1988), iniciou-se uma política de abertura econômica. As empresas mexicanas tiveram que se tornar mais competitivas no mercado e recorreram às universidades para adquirir conhecimentos específicos a partir da prestação de serviço. “Pela primeira vez na história universitária do México se obtiveram benefícios econômicos pelos serviços prestados” (SERNA, 2004, p.95, tradução nossa). No início dos anos 90, foram aprovados: o *Programa Integral para el Desarrollo de la Educación Superior* (PROIDES), o *Programa para la Modernización Educativa 1988-1994* e o *Programa Nacional de Ciencia y Modernización Tecnológica 1990-1994*. Com a aprovação desses programas, as instituições de ensino superior no México deixavam claro o caminho que elas queriam para a universidade. E a extensão universitária se mostrava como um bom meio para agilizar a implantação de tais programas.

No Brasil, esforços se concentraram na criação das empresas-júnior, que foram “associações civis administradas por estudantes de graduação com o objetivo de prestar serviços e desenvolver projetos para as micro e pequenas empresas” (SOUSA, 2010, p.50-51). A princípio, a figura das empresas-júnior foi apresentada como alternativa para aproximar os estudantes ao mercado real de trabalho, porém, como afirma Sousa (2010), gerou a despolitização dos estudantes que preferiram, naquele momento, “atender a interesses específicos de cada área disciplinar, ao invés de estabelecer presença no cenário político e cultural do país” (p.51)

A grande maioria de iniciativas mercantilizadas se realizaram de maneira isolada, sem a sinergia entre ensino, pesquisa e extensão universitária, assim como, sem relação entre graduação e pós-graduação. Isso prejudicou fortemente a formação de estudantes universitários que, por não perceber a totalidade das problemáticas sociais dadas na extensão universitária, acabam se

especializando em resolver problemas pontuais sem levantar contradições e estabelecer reflexões críticas.

7. Conclusão

O modelo importado da extensão universitária na América Latina serviu de base para a implantação da terceira função universitária no território latino-americano. Uma vez materializada, a extensão ganhou características próprias, reflexo das reivindicações sociais das reformas universitárias. O movimento estudantil se destaca por liderar essas reformas que trouxeram câmbios acadêmicos e políticos na universidade pública da região.

Num primeiro momento, dedicados a difusão cultural universitária, os estudantes foram os responsáveis por *derrubar os muros* institucionais e buscar incidir na vida social y política da população que geralmente não tinha acesso a uma formação universitária. Após décadas de trabalho junto às comunidades e grupos sociais organizados, as ações estudantis se vêm paralisadas devido à intervenção política propiciada pelas ditaduras militares na América Latina. Isso faz com que os estudantes comecem a resistir a partir da militância em partidos políticos de esquerda.

Após a retomada da democracia nos diferentes países, se dá uma virada no comando da extensão universitária, deixando os estudantes a margem das decisões políticas-conceituais da extensão. Isto acaba afastando os estudantes na participação da conceituação da terceira função que junto ao processo de neoliberalização dos Estados, propiciam uma despolitização generalizada do movimento estudantil.

O propósito de tomar aos estudantes como objeto de estudo dentro da extensão universitária se justifica no sentido em que existe pouca bibliografia desse grupo social em detrimento das ações da universidade e do Estado. No entanto, o papel da extensão universitária não é somente transformar as comunidades ou fazer com que a universidade cumpra sua função social. A extensão nesse trabalho, e visto como uma ação transformadora na formação dos estudantes universitários.

Entender como a organização estudantil vem atuando na formação da extensão universitária, nos permite, no papel de docentes, tomar decisões que propiciem um engajamento estudantil no campo da extensão, procurando criar espaços de autonomia, que favoreçam à organização estudantil. Somente tendo uma visão clara do processo histórico da extensão e dos seus principais atores de construção, poderemos tomar decisões futuras sem medo de cair nos mesmos erros do passado.

8. Referências

- AMERICAN SOCIETY FOR THE EXTENSION OF UNIVERSITY TEACHING. **University extension: its definition, history, system of teaching and organization**. Philadelphia: The American society for the extension of university teaching, 1891.
- CASTRO, J.; TOMMASINO, H. (orgs.). **Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe**. 1ed. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, 402 p
- DE PAULA, João. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05–23, 2013.
- DONOSO, Patricio. Breve historia y sentido de la extensión universitaria. **Revista Calidad en la Educación**, n. 15, p. 177–188, 2001.
- D’OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João (orgs.). **Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Universidade de São Paulo; Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.
- FREIRE, Paulo. **¿Extensión o comunicación?: La concientización en el medio rural**. Madrid: Siglo XXI Editores, 1978, 108p.
- GEZMET, S. **Evolución Histórica-crítica de la Extensión Universitaria**. Proceso de institucionalización de la Extensión en la UNC en distintos momentos históricos. Universidad Nacional de Córdoba, 2014
- GURGEL, M.R. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez Autores Associados. Universidade Federal do Ceará, 1986, 182p.
- HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Akal, 2007.
- LEÓN, Andrés. La extensión universitaria en américa latina desde sus orígenes a la actualidad. In: XIII Congreso Latinoamericano de Extensión Universitaria. La Habana: **Unión Latinoamericana de Extensión Universitaria**, 2015.
- LICEA DE ARENAS, Judith. **La extensión universitaria en América Latina: sus leyes y sus reuniones**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Centro de Estudios sobre la Universidad, 1982
- MACHADO, F.; KESSMAN, A. T. Gestión tecnológica en micro y pequeñas empresas: oportunidades y problemas técnicos. Caracas: **Memorias del IV Seminario Latinoamericano de Gestión Tecnológica**, 1991
- MARIATEGUI, Jose Carlos. **Siete ensayos de interpretacion de la realidad peruana**. Barcelona: Red Ediciones, 2009.
- MELGAR, Ricardo. **Las universidades populares en América Latina 1910-1925**. *Pacarina del Sur: revista de pensamiento crítico latinoamericano*, 2011. Disponível em: <<http://pacarinadelsur.com/home/amautas-y-horizontes/149-las-universidades-populares-en-america-latina-1910-1925>>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- MILLAS, Jorge. **Idea y Defensa de la Universidad**. Santiago: Editorial del Pacífico, 1981.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projeto Rondon: lição de vida e de cidadania**. Disponível em: <<https://projettorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- MOTT, Maria Lucia. Montando um quebra-cabeça: a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan**, v. 3, n. 2, p. 37–72, 2007.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas da Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005

POERNER, Arthur. **O poder Jovem**. Rio de Janeiro: Brooklin, 2004.

ROCES, Wenceslao. **Los problemas de la Universidad**. México: Edición SPAUNAM, 1975.

SERNA, Gonzalo. Modelos de extensión universitaria en México. **Revista de la Educación Superior**, v. 33, n. 131, p. 77–103, 2004.

SILVA, Emilio Garcia. **Monografía de extension cultural universitaria**. 1. ed. Quito: Editorial Universitaria, 1958.

SOLDÁN, P. C. **De la inquietud a la revolución: diez años de rebeldías universitarias. 1900-1919**. Lima: Biblioteca De La Reforma Médica, 1919, 110p.

SOUSA, Ana. **A História da Extensão Universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

SUPER, John. Los orígenes de la Extensión en la universidad latinoamericana. **Revista Universidades**, n. 6, p. 8–17, 1993.

TÜNNERMANN, Carlos. El nuevo concepto de extensión universitaria y difusión cultural y su relación con las políticas de desarrollo cultural en América Latina. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, n. 4, p. 93–126, 1978

TÜNNERMANN, Carlos. **La universidad latinoamericana ante los retos del siglo XXI**. México D.F: Unión de Universidade de América Latina, 2003.

UNAM. *Radio UNAM. Historia*. Mexico D.F. Disponível em: <<http://www.radio.unam.mx/historia/>>. Acesso em: 1 mar. 2020.